

Governo JK (1956-1961): o papel da esfera artística para a promoção internacional do Brasil

Aguado, Thayná Venâncio

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender como o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) mobilizou a esfera artística brasileira, aproveitando-se da corrente modernista instaurada no Brasil na década de 1950 para promover e aumentar a visibilidade e influência internacional do país por meio da Diplomacia Cultural em prol de alcançar seu objetivo principal de desenvolvimento por meio da Política Externa Brasileira, efetivada através da Política Externa Independente (PEI) e da Operação Pan-Americana (OPA). A pesquisa é um desdobramento das investigações sobre os conceitos de arte e Diplomacia Cultural em Relações Internacionais, a compreensão do Governo de Juscelino Kubitschek, a análise da corrente modernista na arte brasileira e a associação do governo de JK à arte e à Diplomacia Cultural. O trabalho será conduzido por meio da metodologia qualitativa, através da observação e análise. O método de procedimento é o histórico, já que se pretende analisar o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a arte brasileira da época para a promoção do Brasil internacionalmente. Essa pesquisa trabalha com a hipótese de que a mobilização da esfera artística cultural brasileira contribuiu para a promoção internacional do país, pois a divulgação internacional das manifestações culturais e artísticas, por meio da Diplomacia Cultural, contribuíram para a efetivação do projeto desenvolvimentista brasileiro e Latino-Americano, conjuntamente com a maior autonomia adquirida pelo Brasil no Sistema Internacional.

Palavras-chave: Política Externa; Juscelino Kubitschek; Promoção Internacional; Arte; Diplomacia Cultural; Estados Unidos e América Latina.

Abstract

The purpose of this work is understand the government of Juscelino Kubitschek (1956-1961) mobilized a Brazilian artistic movement, taking advantage of the modernist current in the 1950s to publicize and increase the country's international visibility through Cultural Diplomacy on the Independent Foreign Policy and the Pan-American Operation. The research is an extension of the investigations into the concepts of art and Cultural Diplomacy in International Relations, an expansion of Juscelino Kubitschek's government, an analysis of the modernist current and a JK government association to art and Cultural Diplomacy. The work will be conducted through the qualitative methodology, through observation and analysis. The method of control is historical, already analyzed in the government of Juscelino Kubitschek

¹Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da professora Ms. Lara Martim Rodrigues Selis, na Universidade Federal de Uberlândia.

(1956-1961) and a Brazilian art for the promotion of Brazil internationally. This research works with a hypothesis of a mobilization of the Brazilian cultural artistic movement for an international promotion of the country. The international dissemination of cultural and artistic manifestations, through Cultural Diplomacy, contributed to the realization of the Brazilian and Latin American development project, together with a greater acquisition acquired by Brazil in the International System.

Keywords: Foreign Policy; Juscelino Kubitschek; International Promotion; Art; Cultural Diplomacy; The United States and Latin America.

1- Introdução

A Política Externa Brasileira do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) pode ser entendida como sendo um período de afirmação e concretização do ideário desenvolvimentista para a América Latina. Tal paradigma tinha o intuito de aumentar a visibilidade, o respeito e o reconhecimento do mundo para com os países do Sul, em especial dos Estados Unidos, no sentido de reafirmar a solidariedade política aos norte-americanos com o intuito de receber em troca apoio e incentivos financeiros, através de investimentos públicos e privados. Adjunto ao capital proveniente de investimentos estrangeiros, JK reivindicava a ampliação e a flexibilização dos empréstimos fornecidos por entidades internacionais de crédito público, em especial o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (SILVA, 1992; VIZENTINI, 1994).

Portanto, a Política Externa do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) objetivava o desenvolvimento econômico e social do Brasil, a fim de retirar o rótulo que o país possuía de subdesenvolvido e torná-lo, perante o Sistema Internacional, uma nação desenvolvida. Um exemplo do propósito desenvolvimentista desempenhado pelo âmbito diplomático foi a Operação Pan-Americana (OPA), a qual ambicionava a união entre todos os países do continente americano a fim de combater o subdesenvolvimento dessas nações. Por essa razão, o Brasil voltou-se, principalmente, para os Estados Unidos, em busca de um alinhamento não automático, conjuntamente com o apoio dos países Latino Americanos, particularmente Cuba (SILVA, 1992; RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014).

Para a formação da imagem de um país moderno - conceito este entendido segundo a lógica de Bauman (2001), onde Modernidade significa a busca pelo progresso - e apto para

ser o representante de uma Operação com cunho desenvolvimentista, o Brasil contou com a contribuição da Diplomacia Cultural, que no final da década de 1950 e início da década de 1960 passou a ter uma maior relevância e importância dentro do Itamaraty. Tal setor, era responsável por exportar e importar conteúdo cultural a fim de auxiliar o projeto de Juscelino Kubitschek (DUMONT, 2014; GALERANI, s.d.; KORNIS,s.d;).

Assim, toda a imagem de potencial desenvolvimento foi, concomitantemente, expressa internamente por meio da esfera artística brasileira, em especial a arquitetura e a música, que nesse período passou a se caracterizar como Moderna², tal qual foi exposta e divulgada para o âmbito internacional por meio da Diplomacia Cultural, sendo uma forma de contribuição para a efetivação da Operação Pan-Americana, como consequência da concretização da Política Externa Autônoma, almejada por Kubitschek (DUMONT, 2014; GALERANI, s.d.; KORNIS,s.d.).

A atuação e o posicionamento adotado por Juscelino foi pautado como sendo de uma Política Externa Independente (PEI), um modo pelo qual a diplomacia, a esfera artística e a sociedade encontraram para acompanhar as transformações internacionais e, mais do que tudo, um meio para se inserirem e ocuparem um lugar com maior visibilidade e reconhecimento no Sistema Internacional. A Operação Pan-Americana, as transformações na diplomacia brasileira e na arte, expressaram o sonho de Juscelino Kubitschek de implementar o desenvolvimento brasileiro e latino-americano, aproximando-se, para esse fim, dos vizinhos do Sul e obtendo uma relação de apoio, porém mais independente em relação aos Estados Unidos (SILVA, 1992; VIZENTINI, 1994).

Considerando esse horizonte, o presente artigo visa responder a seguinte pergunta de pesquisa: como o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) mobilizou a esfera artística brasileira para a promoção internacional do Brasil? E de que maneira a Diplomacia Cultural contribuiu para a divulgação da arte brasileira no âmbito externo? Em termos de

²O conceito de modernidade será utilizado para adjetivar o tempo enquanto uma estilística, podendo ser associado ao conceito de contemporâneo e delimitando o período de tempo em três fases, a primeira em 1922, a segunda em 1930 e a terceira em 1945. A primeira fase do período moderno brasileiro iniciou-se por meio da Semana de Arte Moderna, associando e aproximando o conceito de Modernidade com o conceito de Arte, que, segundo Bauman significa a busca pelo progresso e, partindo do pressuposto de desenvolvimento que o conceito de Modernidade se pauta, como sendo algo inovador, tecnológico e diferente de aspectos do passado, sendo encontrado nos âmbitos artísticos, mas, de forma adjunta, nas esferas econômicas, políticas e sociais (FAGÚNDEZ, 2011; BAUMAN, 2001).

argumentação, como antecipado anteriormente, o trabalho entende que, considerando a atuação e o posicionamento adotado por Juscelino, pautados em uma Política Externa Independente (PEI), bem como o contexto da Operação Pan-Americana, as transformações na diplomacia brasileira e na arte foram mobilizadas como medidas para a implementação do desenvolvimento brasileiro, com enfoque para a aproximação com seus vizinhos do Sul e uma relação mais autônoma com os Estados Unidos.

A fim de desenvolver essa ideia, o trabalho estrutura-se em três seções, além da introdução e conclusão. A primeira seção traz um panorama histórico a respeito do Governo de Juscelino Kubitschek, apresentando suas ambições de políticas interna e externa. Na segunda seção, o objetivo é mostrar o projeto artístico brasileiro, incluindo a construção da nova capital brasileira, Brasília, e como sua concretização está interligada com as ambições de Política Externa do país e sua Diplomacia Cultural. Por fim, a última seção, destaca quais foram as repercussões da aspiração internacional brasileira e como estas se deram.

2- Governo JK: ambições internas e perspectivas de Política Externa

A primeira atuação de Juscelino Kubitschek no âmbito da Política Externa, assim que assumiu o mandato em 1956, foi de mobilizar o Brasil, de forma solidária, à causa ocidental e aos Estados Unidos, essa política, no seu aspecto estratégico militar, foi concretizada por meio da disponibilização da Ilha de Fernando de Noronha para que o governo norte-americano pudesse instalar um posto de observação de foguetes teleguiados. Já no plano econômico, houve, novamente, a manifestação brasileira por auxílio econômico no espectro das relações bilaterais entre o Brasil e os EUA, em prol da reativação do fluxo de investimentos externos públicos e privados, os quais haviam sido estagnados no final do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) (SILVA, 1992).

Por meio de ajustes e adequações das ambições e necessidades econômicas brasileiras, a agenda diplomática da Política Econômica Externa pautou-se em dois pilares principais: um pilar seria a negociação de acordos regionais e internacionais para que as cotações internacionais do café fossem estabilizadas e o segundo pilar seria a manifestação e busca brasileira para que houvesse a ampliação e a flexibilização dos empréstimos internacionais de crédito público, como os provenientes de entidades internacionais, em especial pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (SILVA, 1992).

Em 1958, JK dando continuidade ao seu objetivo de fortalecer o laço sul-americano com os Estados Unidos, enviou uma carta para o presidente norte-americano da época, Eisenhower, propondo que houvesse uma revisão e uma reconsideração entre as relações interamericanas e os ideais do pan-americanismo, lançando para a concretização dessa proposta a Operação Pan-Americana (OPA). A OPA surgiu em um cenário e em um momento no qual o Brasil ansiava por uma atuação e posicionamento mais autônomo dentro do Sistema Internacional, resultado do patamar e estabilidade política, demográfica e econômica que o país havia alcançado. A nação entendia-se como sendo parte importante do Ocidente e aceitava as variantes e pressupostos da Guerra Fria, porém passou a buscar mais autonomia e independência dentro do quadro de parcerias que fazia parte, principalmente em relação aos EUA. A autonomia que a OPA propunha não objetivava a quebra de laços com os estadunidenses, pelo contrário, o Brasil dependia da continuação e do aumento da boa relação com os Estados Unidos para poder atuar de forma mais soberana dentro do Sistema Internacional (SILVA, 1992).

O lançamento da OPA foi consequência do projeto nacional-desenvolvimentista de política interna lançado por JK em 1958, quando o presidente aspirava crescer economicamente o país, conforme sintetizava o lema: “cinquenta anos em cinco”. Tal proposta surge principalmente por grande influência dos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Externamente havia a deterioração das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, o que contribuiu para que o alinhamento automático existente entre o Brasil e os EUA até 1958, fosse substituído por uma atuação brasileira mais autossuficiente (GALERANI, 2010).

Uma das principais mudanças de princípios que a Operação proporcionou, foi reformular o ideal pan-americanista para um viés econômico, além de passar a atuar no cenário internacional com atores e os órgãos internacionais, uma vez que as relações bilaterais com os norte-americanos estavam afetadas desde o final do Plano Marshall, com a não contribuição por parte deles para com a América Latina. Outro escopo que a OPA se propunha a atuar envolvia o desenvolvimento e a segurança dos países da América Latina, pois, com a ameaça comunista presente e com as refinadas tecnologias que a URSS possuía para a penetração e perpetuação de sua ideologia dentro dos países sul-americanos, o subdesenvolvimento passou a ser atrelado com a falta de segurança. Isso fez com que o discurso brasileiro, em prol ao desenvolvimento da América Latina, ganhasse cada vez mais

força, sendo associado a segurança do continente e ao controle do bloco comunista, de forma conjunta, a discussão da desigual divisão dos avanços tecnológicos tornou-se presente (SILVA, 1992; GALERANI, 2010).

Apesar da proposta da OPA ter sido criada e comandada pelo Brasil, Kubitschek não ambicionava ser o país regulamentador da América Latina, inclusive a Operação possuía caráter multilateral, não contemplando ações bilaterais. O Brasil era o país representante, sem o intuito de assumir uma hegemonia regional e alcançar benefícios apenas para si, pois a Operação apenas teria força e relevância se incluísse todos os países da América Latina com o mesmo ideário desenvolvimentista (SILVA, 1992).

Internamente, a Operação não alcançou consenso político e, de fato, JK não esperava que isso acontecesse, possuindo concordâncias e discordâncias da ‘direita’ e da ‘esquerda’, com extremistas em ambos os lados em relação ao posicionamento externo que Kubitschek estava adquirindo. Os intitulados ‘americanistas’ consideravam que a OPA iria atrapalhar e ser um empecilho para o bom relacionamento bilateral já existente entre o Brasil e os Estados Unidos, por outro lado, os ‘neutralistas’, criticavam a grande aproximação e alinhamento brasileiro à potência, não considerando a vigente Política Externa Brasileira como de busca por autonomia e independência, mas que resultaria em uma maior influência e dominação norte-americana no país. A Operação sofreu forte resistência por ter sido um projeto elaborado pelo próprio Juscelino, sem vinculação ou consulta ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), gerando uma atmosfera de insegurança e de receio (SILVA, 1992; GALERANI, 2010).

Após o anúncio e a proposição da OPA, os Estados Unidos não manifestaram-se objetivamente, porém lançaram uma série de medidas que podem ser consideradas e interpretadas como sendo de grande avanço para a América Latina, demonstrando uma espécie de barganha e uma forma de acalmar os ânimos dos países do sul para com a concretização da Operação. Tais medidas foram o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que era uma instituição financeira interamericana com responsabilidade de auxiliar no desenvolvimento econômico dos países latino americanos; houve a criação de mercados regionais latino-americanos; o apoio dos EUA para a geração de medidas para a estabilização dos preços dos produtos primários; e para o aumento do número de empréstimos disponibilizados pelas entidades de crédito público internacional, como o Eximbank e o BIRD (SILVA, 1992).

Apesar das ações realizadas pelos EUA serem relevantes e importantes para que o desenvolvimento da América Latina tivesse continuidade, a principal característica e especificação que a Operação propunha era que seu desempenho fosse autônomo em relação a Organização dos Estados Americanos (OEA), em suma, fosse soberano e insubordinado da esfera de influência e dominação dos Estados Unidos, o que não ocorrera com a série de medidas lançadas pelos mesmos (SILVA, 1992).

Em consonância com a Operação, a agenda de Política Externa voltou suas medidas para a cooperação econômica e para o desenvolvimentismo, dessa forma, o Brasil trabalhou para aumentar o limite de alcance das suas reivindicações e manifestações em nome da América Latina. Nesse sentido, o país buscou entender as causas estruturais que ocasionaram o subdesenvolvimento dos mesmos; quais eram os pontos de estrangulamento interno e internacional; as limitações de importação e exportação; como funcionava o Balanço de Pagamento nessas nações e, o elemento primordial, qual seria o esforço necessário e o volume de investimento internacional público e privado demandados para que essa realidade fosse revertida e o processo desenvolvimentista tivesse possibilidade e recursos para a sua continuidade (SILVA, 1992).

Em setembro de 1958, enfim, ficou clara a opinião e o posicionamento dos Estados Unidos em relação à Política Externa desenvolvimentista proposta pelo Brasil e à Operação Pan-Americana. Após a reunião dos chanceleres americanos, realizada em Washington, foi criado o ‘Comitê dos 21’ (Comitê das 21 Repúblicas Americanas), incumbido de estudar e analisar os principais pontos de estagnação das economias latino-americanas e formular novas medidas de cooperação econômica interamericana, atrelada à OEA, com o estabelecimento de uma instituição financeira interamericana, totalmente vinculada à Organização dos Estados Americanos e sob a esfera de influência norte-americana, diferentemente da estratégia calculada pelo Brasil (SILVA, 1992).

A estratégia norte-americana seguia exatamente na direção oposta, procurando limitar as discussões a um campo estritamente técnico-econômico. Tomando como base uma agenda predefinida, os EUA limitavam o debate quanto a novas medidas de cooperação econômica a três pontos principais: a) incremento no fluxo de capitais públicos (BID, Eximbank, BIRD) e “papel primordial” dos capitais privados; b) ampliação e intensificação dos programas de cooperação técnica; c) expansão do comércio internacional, aí incluídas as medidas para a estabilização dos preços de produtos básicos e o apoio à formação de mercados regionais, desde que estes não implicassem um desvio de comércio em relação aos EUA. Além disso, o governo americano descartava qualquer possibilidade de comprometimento latino-americano,

favorecendo claramente a manutenção de uma abordagem bilateral voltada para objetivos específicos (SILVA, 1992, página 224).

Até 1958, o resultado alcançado pela OPA foi a redação e a aprovação do convênio constitutivo do BID, o qual foi elaborado por uma comissão de especialistas, cujos trabalhos estavam subordinados ao Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), conseqüentemente, passando pela aprovação do Comitê dos 21. Nessa conjuntura, a atuação do Brasil dentro do Comitê foi de mantenedora do sonho desenvolvimentista da OPA, propondo a criação de grupos de trabalho e subcomissões, pois, a concretização da Operação não dependia apenas da aceitação norte-americana, mas de uma unidade latino-americana, para que sua atuação no continente fosse coesa e realmente fizesse sentido, pois, mesmo com um futuro apoio dos Estados Unidos, a continuidade do desenvolvimento só ocorreria com uma unidade latino-americana, que se refletisse em uma coesão aos trabalhos técnicos do Comitê e da Operação (SILVA, 1992).

Foi apenas em 1961 que houve o preâmbulo de uma possível consonância e harmonia entre países do Sul, com a aproximação entre o Brasil e a Argentina, por meio do Tratado de Uruguaiana, resultado do fracasso da Playa Girón. O Tratado de Uruguaiana possibilitou a transferência de informações entre o Brasil e a Argentina, abrindo tal ação para os demais países latino-americanos (FRANCO, 2008).

Em 1960, houve a deterioração da relação entre Cuba e os Estados Unidos, clímax este alcançado pela expulsão cubana da OEA em 1962. Esta atitude foi consequência de algumas decisões tomadas pelo governo cubano, como a reforma agrária, a expropriação e a nacionalização de companhias estrangeiras, tais transformações econômicas e sociais acentuaram ainda mais os antagonismos existentes entre os dois países, afetando diretamente os interesses dos EUA. Junto a isso, houve a aproximação econômico-militar de Cuba à URSS, o que representou um sério perigo aos Estados Unidos, pois possibilitava a participação de um país do continente americano e pertencente à esfera de influência norte-americana, situado em uma região extremamente estratégica, vincular-se ao espectro soviético (SILVA, 1992).

O caso cubano foi de fundamental importância para o reaparecimento e fortalecimento da OPA, pois ficou claro que o subdesenvolvimento da região latino-americana estava intrinsecamente ligada à segurança e proteção frente a ameaça comunista. Nesse momento, a Operação passa a ser vista com outros olhos pelos EUA, que viam nela uma possibilidade de

cessar a Revolução Cubana e ter a Ilha de volta para o lado Ocidental. Como resultado, nesse mesmo período, o Conselho da OEA propôs uma reunião de consulta aos chanceleres americanos, mais tarde essa reunião se transformaria na Conferência da Costa Rica, para analisar e colocar em pauta o caso Cuba-EUA (SILVA, 1992).

No episódio em questão, o Brasil aproveitou e propôs a colocação de um novo item na agenda do Comitê dos 21, que seria associar a intranquilidade política e social da América Latina ao subdesenvolvimento econômico da região, diferentemente das outras tentativas brasileiras, a delegação norte-americana não demonstrou resistência e, como atitude complementar, anunciou sua proposta de criar um fundo de aproximadamente 600 milhões de dólares para o processo de projetos de cunho social desenvolvimentista na América Latina (SILVA, 1992).

A criação daquele que ficou conhecido como Fundo de Desenvolvimento Social sinalizava mudanças políticas importantes, pois significava uma total reversão na política até então adotada pelos EUA de não conceder recursos ao desenvolvimento dos países latino-americanos. Além disso, o governo americano empenhou-se em ter o Fundo rapidamente aprovado pelo Congresso, de forma que o mesmo pudesse ser apresentado como a principal medida a ser discutida e sancionada no terceiro período de sessões do Comitê dos 21, cuja realização já estava prevista para Bogotá (SILVA, 1992, página 228).

Dentro do Comitê, a delegação da qual o Brasil fazia parte deveria voltar todos os seus esforços na aprovação do processo de quantificação das metas para o desenvolvimento latino-americano; na efetivação do compromisso de assistência externa adequada; na exclusão da tese de que as medidas de estabilização, prescritas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), deveriam sobrepujar a concessão; o abandono da tese de que a assistência externa só deveria cobrir os gastos decorrentes de importações; o abandono da tese de que os países latino-americanos não poderiam acelerar seu desenvolvimento por incapacidade tecnológica de absorção rápida de recursos e abandono da ideia de que o desenvolvimento econômico deveria ser, principalmente, proveniente de capital privado. Como decorrência das ações e do planejamento, a terceira reunião do Comitê dos 21 redigiu um documento final o qual demonstrava uma total transformação e ruptura com o antigo conteúdo debatido nas reuniões anteriores (SILVA, 1992).

O documento proveniente da reunião ficou conhecido como Ata de Bogotá, a qual subdividia-se em quatro partes, sendo estas: medidas de melhoramento social, incluindo o

apoio à realização de reformas agrária e tributária; criação do Fundo de Desenvolvimento Social, a ser administrado pelo BID, cujos recursos estariam disponíveis para os países que se dispusessem a realizar melhorias institucionais efetivas com o objetivo de gerar um maior progresso social e desenvolvimento econômico mais equilibrado; medidas de desenvolvimento econômico, aí incluídas as principais propostas brasileiras; e cooperação multilateral para o progresso social e econômico, visando à união dos esforços entre CIES, CEPAL, BID e organismos especializados das Nações Unidas (SILVA, 1992).

A Ata de Bogotá além de ser um passo para a solidificação da OPA, foi também um preâmbulo da Aliança para o Progresso, uma das principais iniciativas do presidente Kennedy para a América Latina, que representou um grande esforço e uma forma dos EUA contribuírem para a continuidade do desenvolvimento econômico e social na América Latina. Tal projeto, foi influenciado e pautado na Operação Pan-Americana, a qual demonstrou o perigo e as consequências do subdesenvolvimento. A Ata também demonstrou até onde iria o alcance de influência do Brasil, por um lado foi obtido o compromisso dos EUA em ser atuante no processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, porém, por outro lado, o ponto obtido não era de todo uma vitória, pois os mecanismos existentes ainda eram totalmente manipulados pelos Estados Unidos (SILVA, 1992).

Toda a articulação política que levou o Brasil a progredir em seu objetivo latino desenvolvimentista foi a mudança e a articulação de uma linha diplomática mais profunda e atuante, a qual colocou em prática elementos da barganha nacionalista. Portanto, os limites alcançados no âmbito internacional, foram reflexo da mudança diplomática nacional e de posicionamento de Política Externa, que, a partir de 1961, ficou conhecida como Política Externa Independente (PEI), possuindo como um de seus vieses a não intervenção nos assuntos internos de outros países; a autodeterminação dos povos e o primado absoluto do Direito Internacional em relação à solução dos problemas mundiais, tais aspectos eram especialmente voltados para Cuba (VIZENTINI, 1994).

A PEI pode ser analisada por três diferentes aspectos que explicam e justificam a mudança na atuação brasileira no Sistema Internacional e seu engajamento latino-americano e a criação da Operação Pan-Americana. A primeira vertente é a diplomática, pela qual o Brasil começa a enxergar outros atores dentro da esfera internacional e outras maneiras de atuar dentro desse sistema sem apenas ficar sob a esfera de influência da principal potência hegemônica; a segunda vertente é a econômica, uma maneira de questionar o status quo

vigente na época e buscar maneiras de mudá-lo, por meio da negociação da inserção internacional do Brasil e da sua relação de dependência com os EUA; e a última vertente é a social, colocando a PEI como uma manifestação nacionalista contra a centralidade e hegemonia estadunidense (VIZENTINI, 1994).

A Política Externa Independente articulou-se de tal maneira que transformou a visão diplomática brasileira e sua posição no cenário mundial, obtendo os resultados ensaiados por Vargas em 1930, graças à industrialização e a nova dinâmica internacional, os projetos nacionalistas e desenvolvimentistas passaram a ser ouvidos dentro do cenário internacional. A nova política brasileira foi uma resposta e, conjuntamente, uma consequência à atuação de pouca atenção norte-americana para com os países latino-americanos, que fez com que uma aspiração, a princípio, de uma diplomacia voltada especialmente ao sistema regional, aos poucos ganhasse espaço e alcançasse o âmbito de uma diplomacia mundial (VIZENTINI, 1994).

A Política Externa Independente foi uma busca pela autonomia internacional, resultado de uma mudança diplomática, que transformou a PEB em mundial e em multilateral, dando, além de maior autonomia brasileira em relação aos EUA, mais visibilidade internacional, resultado da Operação Pan-Americana, que demonstrou um novo posicionamento, protagonismo e esfera de atuação, além da mudança na postura diplomática brasileira. A PEI começaria sua atuação seguindo as linhas básicas da OPA, no entanto, essa política independente, junto com uma autonomia diplomática maior, buscou ampliar a atuação subregional, a princípio iniciado com a OPA, para uma ação mundial. A ideologia política utilizada para o maior alcance internacional, foi o nacionalismo, a fim de integrar esforços para promover o desenvolvimento do país e da América Latina (FRANCO, 2008).

O viés social da PEI a interpreta como sendo resultado de transformações coletivas. As mudanças internas da sociedade brasileira foram de suma importância para a concretização da Operação e da Política Externa Independente, formalizando a capacidade e o desenvolvimento brasileiro. A Operação e a nova Política brasileira foram consequência e, ao mesmo tempo, resultado do desenvolvimento social, cultural e artístico da época. A sociedade, a cultura e a arte se modificaram por conta da nova dinâmica política, interna e externa brasileira e foram de grande importância para que a modificação ocorresse. A população legitimou o preparo brasileiro e o demonstrou para o mundo através de sua arte e cultura, moderna e desenvolvimentista, as divulgando por meio da nova atuação diplomática,

em especial, por meio da Diplomacia Cultural. A sociedade e a arte foram um reflexo da política e esta foi resultado de uma transformação que ocorreu, primeiramente, dentro, para depois ser exposta internacionalmente (FRANCO, 2008).

3- O panorama artístico cultural brasileiro e a Diplomacia Cultural no Governo JK

3.1. *Diplomacia cultural e desenvolvimento*

O estudo das Relações Internacionais está diretamente ligado aos processos de transformação e mudança que ocorrem nos Estados e nas relações interestatais, em todos os âmbitos do conhecimento, resultando em um significativo intercâmbio econômico e cultural e, muitas vezes, em uma competição pautada na sobrevivência e no bem-estar das nações. O progresso ocorrido nos meios de comunicação e transporte aproximou todos os países do globo e possibilitou o intercâmbio de ideias e conhecimentos entre os mesmos, de forma mais dinâmica e rápida, sendo atribuído a essa troca uma enorme importância política, principalmente na esfera internacional, diferentemente da relevância dada às transferências realizadas no século XIX (RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014).

O novo caráter atribuído pela era eletrônica possibilitou a abrangência do acesso à cultura, em seu aspecto amplo, não sendo mais caracterizado como um privilégio disponível apenas à elite, mas passando a ser acessível à massa e, conseqüentemente, responsabilizando-se pela mudança de costumes e hábitos nacionais. As relações culturais internacionais e as relações comerciais não são mais reguladas exclusivamente pelo Estado, passaram a ser de interesse e a receber influência dos indivíduos, sendo o ator estatal um facilitador da aproximação internacional, aproveitando-se do aspecto cultural das relações diplomáticas, onde

a cultura pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras convencionais que separam povos; na promoção ou estímulo de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução de áreas de desconfiança. (RIBEIRO, 2011, página 24).

A diplomacia cultural, em sua função, abrange o intercâmbio de pessoas; a promoção da arte e dos artistas; o ensino da língua nacional; a distribuição integrada de material de divulgação; apoio a projetos de cooperação intelectual; apoio a projetos de cooperação técnica

e integração e mutualidade na programação. Para a realização e concretização de todas as tarefas atribuídas ao âmbito da Diplomacia Cultural é necessário que haja uma integração entre todos os segmentos sociais, sendo necessário a participação de intelectuais, artistas, produtores, professores, críticos, divulgadores e funcionários da administração pública (RIBEIRO, 2011).

A Diplomacia Cultural é um instrumento de ligação e vínculo entre as nações, na área econômica, política e cultural, contribui para que haja a aproximação entre os povos e atua de forma ativa no mercado da indústria cultural e no estabelecimento de laços culturais e linguísticos, favorecendo a confiança, o interesse e o respeito entre os Estados. Este campo da diplomacia trabalha para propagar a arte e a cultura brasileira a fim de estimular a cooperação cultural e o ensino da língua portuguesa, associado ao conceito de relação cultural internacional, responsável pelo ato mútuo de aproximação e proveito entre as nações. Para isso, há a valorização das singularidades e peculiaridades brasileiras e, concomitantemente, as semelhanças do Brasil com as outras nações do globo (ITAMARATY, on-line; RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014).

A diplomacia cultural segue o raciocínio que o intercâmbio cultural, artístico e histórico entre os Estados gera um sentimento de união e respeito, fazendo com que haja uma atmosfera de empatia e preservação pela identidade cultural do outro dentro do Sistema Internacional. Esse mesmo pensamento vale em relação à política bilateral, onde boas relações culturais favorecem e facilitam o contato entre as nações. Um bom exemplo é o caso Brasil-Cuba, onde o grande fluxo de artistas e intelectuais brasileiros à Cuba na década de 1950 possibilitou a aproximação diplomática entre os dois países (RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014; BIJOS E ARRUDA, 2010).

Adjunto, há a relação entre a Diplomacia Cultural e o comércio, onde as relações culturais fortalecem a confiança entre as nações, favorecendo o intercâmbio comercial entre elas. A cultura difundida propaga costumes, hábitos e comportamentos comerciais, por meio, principalmente, da publicidade, do cinema e da música. Outra área beneficiada é a da cooperação técnica, a qual produz maior efetividade e melhores resultados quando acompanhada por uma relação cultural, onde a rejeição a um projeto de cooperação técnica,

na sua maioria, não possui caráter técnico, mas cultural (RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014; BIJOS E ARRUDA, 2010).

No plano internacional, um país só tende a manter boas relações se possuir os seus valores e cultura bem definidos e estar aberto e disposto a coexistir com a cultura do outro, podendo exercer a sua Diplomacia Cultural para a realização de objetivos específicos do Estado. No entanto, a nação possui uma relação de mútua dependência com a cultura, pois cabe a ela proporcionar a realização dos programas culturais e, concomitantemente, a mesma depende de subsídios culturais do setor privado para que os seus projetos sejam implementados (RIBEIRO, 2011; BIJOS E ARRUDA, 2010).

No caso brasileiro, o Itamaraty trabalha diretamente na exportação cultural, contribuindo para abertura de mercados, patrocinando e apoiando as iniciativas culturais, os intercâmbios e exposições. Esse trabalho ocorre em consonância entre os Ministérios das Relações Exteriores, Cultura e Educação, resultado do Ajuste Tripartite de 1987, o qual viabilizou a atuação conjunta de três instituições com áreas específicas a trabalharem em prol do desenvolvimento, pois, no âmbito externo, a política cultural brasileira age como instrumento e agente do desenvolvimento nacional, representando a dimensão cultural do desenvolvimento através da PEB, que dá vazão a um modelo de desenvolvimento via interface internacional (RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014).

3.2. Cultura e arte moderna no governo JK

Ter uma Diplomacia Cultural atuante não significa mobilizar e buscar representatividade apenas culturalmente, mas fortalecer-se, em todos os âmbitos no Sistema Internacional a fim de concretizar os objetivos da Política Externa Brasileira. Foi por meio da Diplomacia Cultural que houve a importação da modernidade através dos intelectuais, que absorveram a contemporaneidade das localidades consideradas “desenvolvidas” e a adaptaram para ser inserida na realidade brasileira. A questão da modernidade no Brasil é oscilante no que diz respeito ao entendimento e engajamento desta por parte da população, pois, ao mesmo tempo que há a busca pela modernidade padrão advinda da Europa ou, a partir do século XIX, dos Estados Unidos, há, entretanto, a mesclagem desta com a originalidade popular brasileira, que, com o passar do tempo, tornou-se realmente pública e não somente presente e acessível

para a classe alta da sociedade (RIBEIRO, 2011; DUMONT E FLÉCHET, 2014; OLIVE, 2001) (vide anexo bl).

A absorção do modernismo no Brasil, em especial durante o governo de Juscelino Kubitschek, representa a importância e o trabalho da Diplomacia Cultural em relação a assuntos de Política Externa, pois, através da modernização social, política, econômica, cultural e artística, o país passou a atuar de forma diferente, internamente e internacionalmente, buscando o desenvolvimento nacional através da ideia de universalismo expressa por JK, que pode ser melhor compreendida através de um trecho da carta de Mário de Andrade para Sérgio Milliet, um dos principais nomes do modernismo, “E nós só seremos universais no dia em que o coeficiente brasileiro nosso concorrer para riqueza universal” (apud MORAES, 1978, página 52), conforme citado por Olive (2001, página 5) e da carta que Mário de Andrade escreveu para Carlos Drummond de Andrade em 1924, “Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos do mimetismo pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais.” (apud ANDRADE, 1983a), conforme citado por Olive (2001, página 5). De certo modo, o presidente seguiu a linha lógica traçada por Freyre, de que para ser universal é necessário ser, primeiramente, regional e, para ser regional é necessário ser nacional. Somente com uma estrutura nacional bem consolidada é que o país conseguiria repercutir positivamente no cenário regional e, posteriormente, no espectro mundial (OLIVE, 2001) (vide anexo ab).

Foi a partir do processo de abertura política que a cultura passou a ganhar mais visibilidade e relevância no país, pois começou a expressar de forma mais veemente a realidade nacional e cotidiana, por meio dos novos atores políticos. A modernidade é, em suma, a incessante busca pela superação e a procura do “novo”, a partir do desenvolvimento. Portanto, quando afirmado que o Brasil, através da sua arte, passou a demonstrar a modernidade, é porque foi, a partir desse momento, que o país evoluiu sua maneira de atuar para validar a sua capacidade desenvolvimentista para o Sistema Internacional. Ademais, o modernismo consiste, conjuntamente, no ato de repensar a política e aspirar a quebra do *status quo* presente (FAGÚNDEZ, 2011).

A modernidade não possui uma definição exclusiva, nem um marco histórico bem estabelecido, ela é em si uma dinâmica em construção. Portanto, a modernidade brasileira

iniciou-se no momento que houve a ruptura política e cultural vigente até a década de 1950, quando Kubitschek almejou uma política desenvolvimentista para a América Latina e uma independência para com a sua relação com os Estados Unidos. Entre 1946 e 1964 os temas de progresso e modernidade vieram à tona de maneira mais intensa e mais relacionada à condição “subdesenvolvimentista” do Brasil, onde a indústria, primeiramente, ganhou papel relevante para reverter o atual status brasileiro e a cultura foi o expoente exportador da nova fase a qual o Brasil estava adentrando. O modernismo vivenciado durante “os 50 anos em 5” foi caracterizado tanto pelas características artísticas presentes na arquitetura de Brasília, considerada extremamente moderna e avançada, quanto na mudança cultural ocasionada na política e na sociedade (FAGÚNDEZ, 2011; OLIVE, 2001) (vide anexo ac; anexo ah; anexo ai; anexo aj; anexo ak; anexo al; anexo am; anexo an; anexo ao; anexo ap; anexo aq).

A partir de 1930 a arquitetura brasileira modernizou-se completamente, influenciada pela Escola de Bauhaus, uma escola de design, artes plásticas e arquitetura da Alemanha, sendo a mais renomada e importante expressão do Modernismo no design e na arquitetura. A arquitetura moderna fez-se presente, primeiramente, com a construção do edifício-sede dos Ministérios da Educação e Saúde no Rio de Janeiro em 1930 e, posteriormente, na década de 1950, com a construção de Brasília. Os ideais construtivistas, expressos pelo concretismo e neoconcretismo, influenciaram os artistas modernos desde a década de 1930 e continuaram presentes nos anos 1950 (KORNIS, 2017) (vide anexo ar).

Brasília foi pensada e planejada na década de 1950, mas apenas na década seguinte, em 1960, que a capital brasileira foi inaugurada e consagrada internacionalmente graças a Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A moderna arquitetura brasileira, influenciada por Le Corbusier, famoso arquiteto suíço, reconhecido por seus trabalhos inovadores e modernos, estava presente na construção do Ministério da Educação e no Ministério da Saúde, já em 1945. A nova arquitetura inspirada pelo suíço possuía “volume construído em pilotis, planta livre com estrutura independente, fachada livre, janelas dispostas na horizontal e terraço-jardim, que constituíam os grandes parâmetros da chamada arquitetura moderna” (OLIVEIRA, 2017, on-line) (vide anexo as; anexo at; anexo au).

Em relação às artes plásticas, a Primeira Bienal Internacional de São Paulo, aproximou os artistas brasileiros e o público com o que havia de arte moderna no exterior, com o intuito

de influenciar e incentivar a renovação interna. Em 1952, foi criado o grupo concretista “Ruptura”, o qual valorizava a integração da arte na sociedade industrial e o impacto desta dentro da conjuntura política e econômica do Brasil, absorvendo o concretismo a poesia, deixando de lado toda a subjetividade antes existente. Nesse momento histórico, a arte e a arquitetura se fundem no moderno, categórico pela construção das novas sedes dos Museus de Arte Moderna, em São Paulo e no Rio de Janeiro nos anos 1950 (KORNIS, 2017) (vide anexo bk).

Brasília foi resultado da renovação arquitetônica ocasionada no país, iniciada por um edital gerido pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), a qual aprovou o projeto do urbanista Lúcio Costa (vide anexo bb; anexo bc; anexo bd). Isto, a princípio, gerou grande revolta com os outros candidatos e com o próprio júri, que via no projeto do urbanista modernista apenas um rascunho. Porém, para outros, Costa havia projetado algo genial, delimitando na nova capital os espaços para moradia, trabalho e lazer, elucidando em poucas palavras para o jornal “O Estado de São Paulo”, em 1988, o que a construção da cidade representava:

O que ocorre em Brasília e fere nossa sensibilidade é essa coisa sem remédio, porque é o próprio Brasil. É a coexistência, lado a lado, da arquitetura e da antiarquitetura, que se alastra; da inteligência e da antiinteligência, que não pára; é o apuro parede-meia com a vulgaridade, o desenvolvimento atolado no subdesenvolvimento; são as facilidades e o relativo bem-estar de uma parte, e as dificuldades e o crônico mal estar da parte maior. Se em Brasília esse contraste avulta é porque o primeiro *élan* visou além – algo maior. Brasília é, portanto, uma síntese do Brasil, com seus aspectos positivos e negativos, mas é também testemunho de nossa força viva latente. Do ponto de vista do tesoureiro, do ministro da Fazenda, a construção da cidade pode ter sido mesmo insensatez, mas do ponto de vista do estadista, foi um gesto de lúcida coragem e confiança no Brasil definitivo (OLIVEIRA, 2017, on-line).

Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade brasileira passou a viver um novo momento marcado pela prosperidade econômica ocasionada pela produção em massa de bens manufaturados de uso pessoal e doméstico e pelo otimismo propagado pelos Estados Unidos em todo o mundo Ocidental. O consumo e o comportamento do brasileiro urbano-industrial modificou-se e, conjuntamente, a paisagem urbana tornou-se mais moderna. A política caracterizada como desenvolvimentista aprofundava-se e difundiu-se ao longo da década de 1950, expandindo um novo estilo de vida. Os meios de comunicação expandiram-se, confirmando a maior busca por informação e cultura, as radionovelas se popularizaram, houve

o aumento da tiragem dos jornais e revistas e o cinema e o teatro aderiram a um caráter mais popular (KORNIS, 2017) (vide anexo be; anexo bf).

A mudança também ocorrera de forma intrínseca na sociedade: o otimismo ocasionado pelo avanço industrial e econômico fizera com que a sociedade almejasse uma transformação estrutural, em prol do desenvolvimento do Brasil e da independência deste no Sistema Internacional, principalmente em relação aos Estados Unidos. Houve assim, um conjunto de mudanças artísticas, culturais e sociais que refletiram e expressaram a vontade de toda uma nação de desenvolver-se e tornar-se autônoma internacionalmente, buscando a modernização, a industrialização e o desenvolvimento de forma nacional e independente (KORNIS, 2017).

O entusiasmo pela possibilidade de construir algo novo implicou o surgimento e/ou o impulso a vários movimentos no campo artístico. Eram novas formas de pensar e fazer o cinema, o teatro, a música, a literatura e a arte que se aprofundavam, como revisão do que fora feito até então. Em alguns casos, consolidou-se um movimento que já se iniciara em décadas passadas. Mas outros movimentos nasceram exatamente naquele momento e se tornaram marcos e/ou referências de renovações estéticas que viriam a se firmar mais plenamente depois. Guardando suas especificidades, e em graus diferenciados, tanto o cinema, quanto o teatro, a música, a poesia e a arte, movidos pela crença na construção de uma nova sociedade - fosse ela industrial, fosse ela centrada na valorização do elemento nacional e popular - abraçavam expressões artísticas e estéticas inovadoras que vinham sendo praticadas não só em outras partes do mundo, mas também no próprio país. Essa foi, em linhas gerais, a marca do processo de renovação estética em curso ao longo da década de 1950. Por outro lado, o vigor do movimento cultural encontrava eco junto a setores das camadas médias urbanas em franca expansão, sobretudo universitárias, sintonizadas com o espírito nacionalista da época, e com a crença nas possibilidades de desenvolvimento do país (KORNIS, 2017, on-line).

A partir da década de 1950, o Brasil ansiava por uma atuação internacional mais autônoma e relevante e, para isso, buscou se destacar no Sistema Internacional como um país desenvolvido para que, conseqüentemente, fosse possível a concretização da Operação Pan-Americana para o desenvolvimento da América Latina. Nesse momento o Estado exerceu grande ingerência, expondo a arte brasileira internamente e internacionalmente, por meio das embaixadas, consulados, chancelarias, museus, teatros e salas de exposição. Isso apenas foi possível através da disseminação da cultura e da arte moderna, caracterizada por sua expressividade e incorporada pelo país através de sua pintura, música e, principalmente, arquitetura, bem definida pela sua contemporaneidade e assimetrias, evidenciando que a arte é a uma forma de manifestação e esta, um reflexo social, portanto, a cultura e a arte afiguravam a situação social e política brasileira da época (NOVAIS, 2016) (vide anexo ag).

A arte exerceu grande relevância na busca pelo desenvolvimento brasileiro, fato este considerado verídico pelo próprio ex-secretário-executivo do Ministério da Cultura, João Brant, que a via como algo além de uma manifestação estética, mas que carregara consigo um cunho político, social e econômico imensurável, sendo responsável por ocasionar trocas culturais, mas, conjuntamente, transações econômicas e acordos nos âmbitos bilaterais, regionais e multilaterais. Um exemplo foi o impacto ocasionado pela construção de Brasília, no governo Juscelino Kubitschek, a qual significou não somente um trabalho arquitetônico bem elaborado, mas a representação da modernidade e do desenvolvimento alcançado pelo Brasil e de suma importância para a concretização das aspirações internacionais do presidente da época (NOVAIS, 2016) (vide anexo av; anexo aw; anexo ax; anexo ay; anexo az).

A moderna arquitetura brasileira começou a ser valorizada e vista internacionalmente, principalmente pelos Estados Unidos, a partir de 1943, por meio do Pavilhão no Brasil na Feira Mundial de Nova Iorque e a exposição do livro *Brazil Builds*, recebendo a chancela oficial por representar a cultura nacional e simbolizar a identidade e a memória da nação através de grandes monumentos encomendados pelo Estado - considerados como monumentos nacionais, protegidos e reconhecidos pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) (OLIVEIRA, 2017).

Assim, vê-se que foi na década de 1950 que o Brasil incorporou o modernismo em sua arte e cultura e passou a ter singularidades brasileiras em suas características. A cultura modificou-se e a postura tornou-se mais criativa e independente: mesmo recebendo muitas influências internacionais, a arte no Brasil foi “abrasileirada”, sendo valorizada e reconhecida exatamente por isso. A Bossa Nova, o cinema novo e a arquitetura consolidaram a modernidade no país e a determinação pela busca do desenvolvimento nacional. O processo de modernização foi consequência de uma mudança, primeiramente, institucional, com a participação estatal sendo de fundamental importância para a mudança cultural e artística que houvera. Foram criados os Museus de Arte Moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro; a Bienal de São Paulo e grandes exposições de artistas abstratos europeus completamente icônicos e representativos para a virada estética almejada pelo Estado, o qual gostaria que a arte produzida naquele momento fosse a representação do que o país representava e o que ele

gostaria de passar a representar no cenário internacional (OSÓRIO, s.d.) (vide anexo bg; anexo bh; anexo bi; anexo bj).

A arte, além de aproximar culturas distintas mediante o intercâmbio cultural, interfere similarmente nas relações políticas e econômicas, exercendo papel-chave na aproximação ou afastamento das nações, influenciando diretamente no Sistema Internacional. A arte, com todas as suas variantes, é considerada um instrumento transformador, pois, por meio dela, é possível que um organismo internacional exerça papel atuante nas Relações Internacionais, utilizando a manifestação cultural como mediadora e facilitadora da negociação para alcançar um determinado objetivo. A Arquitetura, Literatura, Música, Dança, Cinema, Fotografia, Teatro e as Artes Plásticas, em particular, são formas simbólicas do desenvolvimento e validam a evolução social de uma população, expressa por meio do artista, que busca manifestar a sua arte representando os objetivos, os anseios, preocupações e reivindicações de uma sociedade, tal arte exportada pela figura do Embaixador, por intermédio da Diplomacia Cultural (NOVAIS, 2016).

Cultura e desenvolvimento estavam intrinsecamente relacionados durante o governo de JK e representaram as prioridades econômicas, políticas e sociais em um Estado em processo desenvolvimentista. Pois, para que a nova postura internacional fosse estabelecida não poderia marginalizar-se o âmbito cultural – e artístico –, sendo estes dois, importantes pilares do Sistema Internacional contemporâneo. A mudança no cenário internacional ocorreu quando houve a reafirmação da democracia, quando a educação e o acesso à arte pela massa passaram a influenciar o Estado internamente e quando essa interferência passou a refletir na Política Externa. A cultura, incluindo todas as suas formas de manifestação, teve o poder de gerar mudanças históricas, de modernizar discussões políticas, públicas, agendas e promover a busca pelo processo desenvolvimentista nos países em desenvolvimento da América Latina (GIL, 2007; HERZ, 1987) (vide anexo aa; anexo ad; anexo af; anexo ba).

4- Repercussões da aspiração internacional brasileira

A principal aspiração internacional brasileira durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi de tornar o Brasil um país consideravelmente desenvolvido, com uma economia forte, agendas públicas abrangentes e coerentes, indústria desenvolvida e

aparata tecnologicamente. Para que a proposta desenvolvimentista fosse concretizada, foi necessário que houvesse a promoção internacional do Brasil, para então, os projetos elaborados por JK fossem postos em prática e, conseqüentemente, desse continuidade ao projeto desenvolvimentista do Brasil e da América Latina. No entanto, as repercussões dessa aspiração internacional não podem ser classificadas apenas com resultados e ações pontuais e concretas, pois resultaram, principalmente, em grandes transformações estruturais. A atuação política doméstica e externa modificou-se, assim como o posicionamento econômico, social, cultural e diplomático.

Para que o objetivo do então presidente fosse alcançado foi necessário um conjunto de mudanças internas, para que, conseqüentemente, houvesse a formulação da nova atuação externa do país. A mudança ocorreu primeiramente dentro, para posteriormente ser exportada, pois, somente um país com bases políticas nacionais sólidas e bem estruturadas, poderia almejar um posicionamento atuante em escala regional e internacional. A aspiração de JK ocorreu de forma gradual e bem estratégica, a modificação interna contou com a participação ativa da população, que atuou como um novo ator internacional de extrema relevância e foi um dos mais importantes pilares para que a promoção internacional do Brasil fosse possível. A sociedade representou a mudança social, expondo por meio da arte o atual momento vivido pelo país, retratando toda a singularidade brasileira, por meio da qual ficava expressa que o título de subdesenvolvimento não se encaixava no âmbito cultural, pelo contrário, o modernismo já estava inserido no estilo de vida da população.

A transfiguração social foi o que tornou possível a realização do objetivo regional e internacional de Kubitschek, pois as manifestações artísticas - Música, Pintura, Artes Plásticas, Cinema, Arquitetura, Literatura, etc - contribuíram para a criação da nova imagem da nação brasileira. E a maneira pela qual o país seria visto fora seria de fundamental importância para a credibilidade que ele receberia da esfera internacional. A arte brasileira representou o modernismo e o desenvolvimento do país de maneira única, a principal fonte de influência era a Europa e os Estados Unidos, porém, cada referência importada recebia “um toque” brasileiro. A Bossa Nova, as radionovelas, as exposições nos Museus de Arte Moderna e a arquitetura das novas construções públicas, como Brasília, demonstrava o avanço social e a aspiração pela continuidade do processo desenvolvimentista, exibindo para o mundo que o Brasil estava apto para prosseguir com o desenvolvimento internamente e regionalmente.

Após o objetivo desenvolvimentista estar intrinsecamente consolidado internamente, a aspiração regional e internacional do Brasil se daria por meio da Operação Pan-Americana (OPA) e da Política Externa Independente (PEI), que ambicionava o desenvolvimento para todos os países da América Latina, com o auxílio econômico dos Estados Unidos, mas de forma autônoma do mesmo e da Organização dos Estados Americanos (OEA). A nova atuação brasileira resultou em uma emancipação política para com a potência norte-americana e verificou-se na atuação autônoma da Política Externa.

Os principais resultados concretos da Operação Pan-Americana foram: o “Comitê dos 21”; um Grupo de Trabalho de 15 países responsável por formular estudos e projetos relacionados ao comércio exterior, produtos de base, mercado comum, assistência técnica e financiamento; houve um aumento de 2 bilhões de dólares no capital do Eximbank e nos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a criação de um Fundo de Empréstimos para o Desenvolvimento, para a criação de um mercado comum latino-americano, para a consolidação de uma esfera de cooperação entre os países produtores de café e para a criação de medidas protecionistas para as indústrias nascentes; e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo era justamente o de financiar o desenvolvimento em todo o continente. A Associação Latino-Americana (ALALC) e a Aliança para o Progresso, segundo Cervo & Bueno, também estão associadas a OPA e simbolizaram uma maior preocupação dos Estados Unidos para com as problemáticas existentes na América-Latina (BEZERRA, 2012).

O financiamento por parte dos Estados Unidos apenas foi viável pela existência da ameaça comunista. Em 1960, iniciou-se o conflito entre EUA e Cuba, o qual afirmou-se pela expulsão de Cuba da OEA em 1962, resultante, principalmente, da aproximação da Ilha com a URSS, exercendo mudanças nas esferas econômica, social e política e, demonstrando ser o perigo socialista presente na esfera de influência americana. O Brasil defendia que a ameaça comunista apenas seria possível de ser combatida através do desenvolvimento. A Operação passou a ser vista com bons olhos, tanto pelos Estados Unidos como pelos países da América Latina quando esses, principalmente os Estados Unidos, entenderam a relação desenvolvimento-segurança traçada pelo Brasil. Antônio Carlos Lessa evidenciou de forma clara a repercussão internacional alcançada pela Operação Pan-Americana:

Ainda que os resultados concretos e diretos da OPA sejam considerados limitados, a iniciativa ganha vulto quando são examinadas as suas vinculações com o sentido geral da ação internacional do Brasil naquele momento e dali por diante. Assim, a

reivindicação de um novo lugar para o país na política hemisférica e internacional, a busca de reconhecimento do seu amadurecimento político, uma nova construção de autonomia nas suas relações com os Estados Unidos e a valorização do multilateralismo como vetor da ação internacional fazem parte do legado da Operação Pan-Americana (LESSA, 2008, página 5).

A Política Externa Independente constituiu um projeto coerente, articulado e sistemático que, associadamente com a OPA, visou transformar a atuação internacional do Brasil, que até então possuía a sua diplomacia brasileira resumida a um reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. Assim a Política Externa para o desenvolvimento, iniciada por Vargas nos anos 1930, era ainda parte de uma conjuntura específica, que se alterou no Pós Segunda Guerra Mundial. Durante os anos 1950, entretanto, devido ao processo de industrialização brasileira e à progressiva alteração do contexto internacional, mas, sobretudo, a partir da passagem dos anos 1950 para os anos 1960, a Política Externa procurou tornar-se o instrumento responsável para a realização de projetos nacionais, como o projeto desenvolvimentista. A PEI também estava vinculada aos fenômenos externos, numa época de grandes transformações no Sistema Internacional, a orientação diplomática pretendia responder à atuação dos Estado Unidos com relação à América Latina (SILVA, 1992).

O novo posicionamento político adotado pelo Brasil deveu-se grandemente pela mudança no âmbito diplomático, podendo também ser considerada uma repercussão da aspiração internacional brasileira. O Itamaraty abandonou, em grande medida, o seu insulamento e passou a efetivamente contribuir de forma decisória na Política Externa Brasileira, não valendo-se da prerrogativa de que a Política Externa apenas inicia a sua atuação quando a política doméstica termina, contrariamente, nesse momento histórico a política doméstica e externa estavam alinhadas para um só objetivo em comum: o desenvolvimento. O plano doméstico passou a ser fonte explicativa para compreender a atuação internacional da nação e o Ministério de Relações Exteriores (MRE) afirmou a base da Diplomacia Cultural, sendo esta constituída e caracterizada por sua precocidade, continuidade e pragmatismo. Esta área diplomática passou a ser vista como um fundamental elemento comercial das políticas culturais brasileiras e compreendida como uma ferramenta de *soft power* (RIBEIRO, 2011; DUMONT, 2014; OLIVE, 2001; MILANI E PINHEIRO, 2011).

Igualmente importante foi a adaptação da política exterior brasileira às transformações do Sistema Internacional em fins dos anos 1950 e início dos 1960, tais como a recuperação

econômica da Europa Ocidental e Japão; a descolonização, particularmente, da África e a globalização. O novo contexto internacional repercutiu internamente, permitindo ao país transitar de uma diplomacia voltada primordialmente ao sistema regional, para o âmbito de uma diplomacia global, valorizando com maior ênfase a Diplomacia Cultural e sua relevância como veículo para a projeção artística brasileira, objetivando a concretização dos anseios desenvolvimentistas do país, principalmente, em relação a Operação Pan-Americana (SILVA, 1992; VIZENTINI, 1994; RIBEIRO, 2011).

Dentro da esfera diplomática, a Diplomacia Cultural ganhou grande destaque e evidenciou a sua importância dentro do Brasil, contribuindo na atuação da PEB e na concretização das ambições domésticas e internacionais. A Diplomacia Cultural, primeiramente, contribuiu para a mudança estética, trouxe para o país o que havia de moderno e desenvolvido na esfera cultural e artística, contribuindo assim para a mudança que houvera nessas áreas, a partir de então, exportou a nossa transformação para fora. Com uma maior valorização cultural e com o avanço tecnológico, houve a abertura da “caixa-preta” do Estado (MILANI E PINHEIRO, 2011), a sociedade passou a ficar mais próxima da informação, da cultura e da arte, compreendendo o que estava ocorrendo dentro e fora do país. A Diplomacia Cultural foi responsável por aproximar a arte da população, não estando esta apenas disponível à elite e, portanto, a sociedade em geral, passou a consumir e a produzir arte, a se expressar e atuar na política doméstica e externa, diversificando a agenda com novas necessidades.

A arte, no Governo de Juscelino Kubitschek desempenhou um papel de suma importância para a realização do objetivo desenvolvimentista brasileiro, sendo, com todos os seus modos de manifestação, não mais considerada uma criação com apenas a intenção estética, mas que passou a carregar consigo o objetivo de demonstrar uma contribuição socioeconômica. A arte, como área de estudos no contexto das Relações Internacionais, apresenta a relação cultural, social, econômica e política existente entre as nações no Sistema Internacional e é por meio dela que um país tem a autonomia de expressar a sua participação na globalização e a existência de uma miscigenação cultural e artística. A arte expressou-se por meio da corrente Modernista, através de sua música, pintura, literatura, fotografia e, principalmente, por meio da arquitetura, com a construção de Brasília, que teve o intuito, além de demonstrar beleza estética, apresentar para o mundo o desenvolvimento brasileiro. (KORNIS, s.d.; OLIVE, 2001).

Os resultados alcançados por Juscelino Kubitschek na esfera internacional estão intrinsecamente associados aos avanços obtidos no plano doméstico. O principal foco de sua atuação política era o desenvolvimento brasileiro e latino-americano, o qual foi, em certa medida, possível de ser alcançado pela independência de atuação do Brasil em relação aos Estados Unidos. A repercussão da luta desenvolvimentista brasileira, associada a democracia, solidariedade, paz e segurança fez com que Juscelino Kubitschek fosse considerado um dos maiores estadistas brasileiros da história. Antes de JK o Brasil era visto como o país que absorvia sistematicamente os Estados Unidos, sendo dependente e signatário de suas ações e valores, após sua aspiração desenvolvimentista, os Estados Unidos, ao fazerem a Aliança para o Progresso espelharam-se a Operação Pan-Americana (BOJUNGA, 2001).

A articulação política projetada estrategicamente por Juscelino Kubitschek durante o seu governo (1956-1961) tornou o Brasil um país moderno, suas características e peculiaridades passaram a ser valorizadas e reconhecidas internacionalmente. Na Política Externa, a atuação brasileira passou a ter personalidade própria, alcançando um espaço de voz e independência para com a potência norte-americana. Os avanços alcançados pelo Brasil foram estruturais, todos os setores sofreram mudanças. A sociedade foi inserida de forma mais ativa no debate político, havendo um espaço de atuação para novos atores e a aproximação da esfera internacional com a esfera doméstica, onde um problema interno passou a ser um problema da PEB e esta passou a contar com a ajuda do Ministério de Relações Exteriores (MRE) de forma ampla e ativa.

5- Conclusão

A Política Externa Brasileira no governo de Juscelino Kubitschek foi articulada para a concretização do objetivo desenvolvimentista para a América Latina, com a ambição de aumentar a visibilidade, a importância e o respeito do mundo, em especial dos Estados Unidos, para com os países do Sul. A atuação política da época buscou desenvolver o país de maneira econômica e social a fim de remover o status subdesenvolvimentista e torná-lo desenvolvido perante o Sistema Internacional. A agenda de atuação brasileira para o alcance desse objetivo foi pautada na Política Externa Independente (PEI) e na Operação Pan-Americana (OPA), que representaram uma atuação regional brasileira de extrema relevância e resultado da mudança diplomática alcançada pelo país, por meio do

questionamento do vigente status quo mundial e pela nova maneira de inserção do país no âmbito internacional.

A Política Externa Brasileira no governo de Juscelino Kubitschek se mostrou influenciada pela esfera cultural e artística brasileira, sendo estes fatores determinantes para a concretização dos objetivos de continuidade do processo desenvolvimentista brasileiro. O país precisava ser reconhecido internacionalmente como apto e capaz de realizar tal tarefa, pois conjuntamente com o discurso de cunho desenvolvimentista, o âmbito securitário foi adicionado para intensificar a relevância e a importância dada ao projeto, principalmente frente aos Estados Unidos, fundamental fonte de recursos econômicos para a concretização da Operação. A credibilidade foi criada a partir da imagem-nação brasileira, estabelecida pela cultura e pela arte moderna, as quais transpassaram o desenvolvimento brasileiro e comprovaram através da música, pintura, artes plásticas, arquitetura, etc a forma pela qual o Brasil gostaria de ser visto externamente. Primeiramente, houve uma reestruturação interna, com uma mudança de atuação política, diplomática e social e, posteriormente, essa mudança foi exposta para o mundo de forma a reafirmar a prerrogativa de desenvolvimento vivida pelo país.

A arte foi um dos principais instrumentos para a concretização das aspirações desenvolvimentistas do governo JK, foi a partir dela que a população, tendo maior acesso à cultura e a arte, sentiu-se inserida nos debates políticos internos e internacionais e passou a atuar como um novo ator internacional de importância, ademais, a arte deixou de ser destinada apenas à elite, passando a ser acessível para a massa, representando a igualdade de acesso à informação, a partir de então, a própria sociedade buscou o desenvolvimento. Com a industrialização se instalando com maior ênfase no país, as informações chegavam e saíam com maior facilidade e a Diplomacia Cultural se insere nesta etapa como importante mediador, sendo responsável por importar o que havia de novo e moderno no exterior, mas, também, de exportar o que estava havendo de inovador no Brasil.

A cultura brasileira por meio de sua arte representou o que o país ambicionava e contribuiu para a concretização da agenda externa brasileira. As visitas dos estadistas internacionais foram decisivas para que a Política Externa Independente (PEI) e a Operação Pan-Americana (OPA) dessem resultados concretos. A construção de Brasília não representou apenas um diferencial estético, mas o desenvolvimento brasileiro em curso.

A arte se encaixa no contexto da década de 1950 no Brasil pelo fato de não ter se mantido estática e por ter se tornado um produto de importação e exportação, sendo de fundamental importância para a existência das transferências culturais, papel este realizado pela Diplomacia Cultural, que possuiu o objetivo de interferir nas relações entre os países, intermediando a projeção cultural do Brasil, tornando-o visível e reconhecido no Sistema Internacional e consolidando a sua identidade. A promoção internacional do Brasil ocorreu por um conjunto de transformações internas que consolidaram bases nacionais sólidas e congruentes para serem exportadas, pois, somente com uma política nacional consistente foi possível aspirar propósitos internacionais com caráter regional. As consequências provieram e resultaram nas manifestações culturais, como a expressão artística brasileira, que assentou-se com características exclusivas nacionais e a sua mobilização, instrumentalizada pela Diplomacia Cultural, contribuiu para a promoção internacional do Brasil.

O presente trabalho mostrou os resultados preliminares da investigação sobre a influência artística para e efetivação das aspirações desenvolvimentistas de Política Externa Brasileira (PEB) no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Dessa forma, espera-se que os resultados apresentados permitam ampliar o espectro de discussões dentro das Relações Internacionais, dando maior relevância para o âmbito artístico cultural e sua influência dentro do Sistema Internacional.

Referências:

ALEIXO, José Carlos Brandi. **Aspectos da Operação Pan-Americana**. Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Brasília, 23 de março de 2017. Disponível em <http://www.ihgdf.com.br/aspectos-da-operacao-pan-americana/>. Acesso em 21 de junho de 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Jorge Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro, 2001.

BEZERRA, Gustavo Henrique Marques. **Da Revolução ao Reatamento: a Política Externa Brasileira e a Questão Cubana (1959-1986)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. **A diplomacia Cultural como instrumento de política externa brasileira**. Revista Dialogos: a cultura como dispositivo de inclusão, Brasília, v. 13, n. 1, ago, 2010.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anïs. “**Pelo que é nosso!**”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Brazilian Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221. 2014.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **O significado da modernidade**. São Paulo: LTr, 200., 2011.

FRANCO, Álvaro da Costa. **Documentos da Política Externa Independente**. vol. 2. Brasília, 2008. p. 13-31. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/500-Documentos_da_Politica_Externa_Independente_-_Vo1_II.pdf

GALERANI, Kleber Antonio. **Política Externa do governo Juscelino Kubitschek: a Operação Pan-Americana**. Rio Grande do Sul: InterAção, 2010.

GIL, Gilberto. **Cultura, Diversidade e Acesso**. In: CARDIM, Carlos Henrique. *Diplomacia Estratégica Política*. 8. ed. Brasília: Funag, 2007. Cap. 3. p. 49-60.

HERZ, Mônica. **A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica**. Instituto de Relações Internacionais - Iri, Puc-rio, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p.61-76. 1987. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Herz_vol6.ano3.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

ITAMARATY. **Ministério das relações exteriores: diplomacia cultural**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural>. Acesso em: 05 jul. 2018.

KORNIS, Mônica Almeida. **O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – Arte**. FGV CPDOC. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Arte>. Acesso em maio, 2018.

KORNIS, Mônica Almeida. **O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – Música**. FGV CPDOC. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Musica>. Acesso em maio, 2018.

KORNIS, Mônica Almeida. **O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – Sociedade e cultura nos anos 1950**. FGV CPDOC. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>. Acesso em maio, 2018.

LESSA, Antônio Carlos. **Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 51, n. 2, p. 5-7, Dec. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200001&lng=e&nrm=iso. Acessado em 21 de junho de 2018.

NOVAIS, J. M. S. **A arte na aproximação das relações internacionais**. C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA, n. 5, p. 53-69, Ilhéus – BA, nov. 2016.
O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – Álbum de fotos. FGV CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/album>. Acesso em maio, 2018.

O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – Álbum de fotos. FGV CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/album>. Acesso em maio, 2018.

OLIVE, Ruben George. **Cultura e Modernidade no Brasil.** São Paulo Perspec. vol. 15 no. 2. 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – A construção de Brasília.** FGV CPDOC. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>. Acesso em maio, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Governo de Juscelino Kubitschek. O Brasil de JK – Arquitetura.** FGV CPDOC. 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Arquitetura>. Acesso em maio, 2018.

OSÓRIO, Luiz Camillo. **A pintura brasileira no anos 50:** A conquista moderna. Raul Mendes Silva. Disponível em: <http://www.raulmendessilva.com.br/pintura/pag010.shtml>. Acesso em maio, 2018.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural, Seu Papel na Política Externa Brasileira.** Brasília: Funag, 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/824-Diplomacia_Cultural_-_Seu_papel_na_Politica_Externa_Brasileira_2011.pdf.

SILVA, Alexandra de Mello e. **Desenvolvimento e Multilateralismo:** um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK. Contexto Internacional vol.14 n.2. Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, jul./dez. 92. p. 209-239. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/iri/>

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O Nacionalismo Desenvolvimentista e a Política Externa Independente.** Revista Brasileira de Política Internacional, ano 37, n.1, Brasília, Ibri, jan./jun. 1994.

**ANEXO AA - JUSCELINO KUBITSCHKE E RICHARD NIXON DURANTE VISITA
À COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN). VOLTA REDONDA (RJ), 3
FEV. 1956. (ARQUIVO CSN).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto_5A.jpg

**ANEXO AB - JUSCELINO KUBITSCHKE INAUGURA O INSTITUTO SUPERIOR
DE ESTUDOS BRASILEIROS. 9 DE AGOSTO DE 1957. (ARQUIVO ESTADO DE
SÃO PAULO/ÚLTIMA HORA).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto06.jpg

**ANEXO AC - JUSCELINO KUBITSCHKE A BORDO DO SUBMARINO HUMAITÁ,
AGOSTO 1957. (CPDOC/FGV/ ARQUIVO NELSON DE MELO/ 2 REM).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto07.jpg

**ANEXO AD - JUSCELINO KUBITSCHKE COM O SECRETÁRIO DE ESTADO
NORTE-AMERICANO JOHN FOSTER DULLES. BRASÍLIA, AGO. 1958(ARQUIVO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL/NOVACAP)**



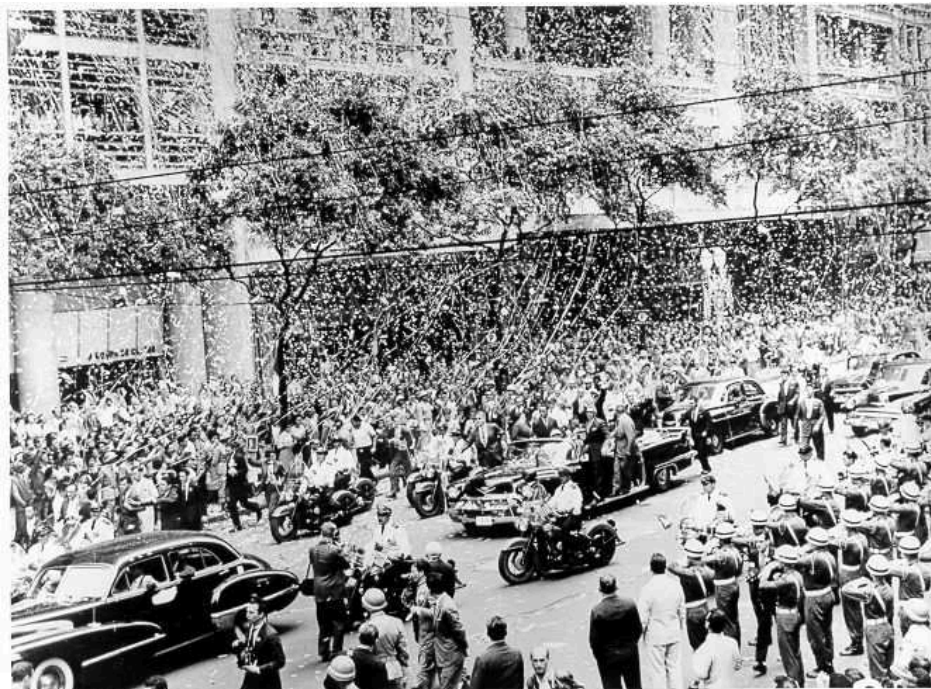
https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto11.jpg

**ANEXO AE - JUSCELINO KUBITSCHKEK RECEBE FIDEL CASTRO EM VISITA
AO BRASIL. BRASÍLIA, 2 MAIO 1959 (ARQUIVO NACIONAL/FUNDO AGÊNCIA
NACIONAL)**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto12.jpg

**ANEXO AF - DESFILE DE CARROS POR OCASIÃO VISITA DE EISENHOWER
AO BRASIL. 25 FEV. 1960 (ARQUIVO NACIONAL/FUNDO CORREIO DA
MANHÃ).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto13.jpg

ANEXO AG - REUNIÃO DE GRUPO DE TRABALHO DA OPA. AO CENTRO, ERNÂNI DO AMARAL PEIXOTO (1º DA ESQ.) E NEGRÃO DE LIMA (2º)(ARQUIVO NACIONAL/FUNDO CORREIO DA MANHÃ).



[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto14.jp](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/3_Posse_e_governo/Foto14.jpg)

g

ANEXO AH - VEÍCULO PRODUZIDO PELA VEMAG S.A. SÃO PAULO, 1956(ACERVO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO/CDI)', 'CPDOC - ANOS JK', 420, 420).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto01.jpg

ANEXO AI - INSTALAÇÃO DA FÁBRICA CLIMAX DE REFRIGERANTES. SÃO CARLOS (SP), 1960.(ACERVO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO/CDI).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto04.jpg

ANEXO AJ - PROPAGANDA PUBLICADA NA REVISTA MANCHETE EM 19 DEZ. 1959(ACERVO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO/CDI).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto05.jpg

ANEXO AK - LINHA DE MONTAGEM DO ROMI-ISETTA. SANTA BÁRBARA D'OESTE (SP), 1957(ACERVO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO/CDI).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto06.jpg

ANEXO AL - APRESENTAÇÃO DO 1º CAMINHÃO FORD BRASILEIRO. SÃO PAULO, 1957(ARQUIVO NACIONAL/FUNDO CORREIO DA MANHÃ).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto07.jpg

ANEXO AM - JUSCELINO KUBITSCHEK COM O PRESIDENTE DO BNDE, LÚCIO MEIRA, EM VISITA ÀS OBRAS DE FURNAS. MINAS GERAIS, 17 OUT. 1959.(ARQUIVO NACIONAL/FUNDO AGÊNCIA NACIONAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto09.jpg

ANEXO AN - MINISTRO DA ECONOMIA, JOSÉ MARIA ALKMIM.(ARQUIVO NACIONAL/FUNDO AGÊNCIA NACIONAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/foto10.jpg

ANEXO AO - JUSCELINO KUBITSCHKEK EM VISITA AO SUBMARINO HUMAITÁ. 28 AGO. 1957(ARQUIVO NACIONAL/AGÊNCIA NACIONAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto12.jpg

ANEXO AP - JUSCELINO KUBITSCHKEK E JOÃO GOULART COM O PRESIDENTE DA VARIG, RUBEM BERTA, E O CHEFE DO GABINETE MILITAR, GENERAL NELSON DE MELO, DURANTE O VÔO INAUGURAL DO CARAVELLE A BRASÍLIA. 28 SET. 1959(ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL/NOVACAP).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto13.jpg

ANEXO AQ - JUSCELINO KUBITSCHKEK INAUGURA AS NOVAS INSTALAÇÕES DA FÁBRICA DE CAMINHÕES MERCEDES BENZ. SÃO BERNARDO DO CAMPO(SP), 28 SET. 1956(ARQUIVO NACIONAL/AGÊNCIA NACIONAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/4_Desenvolvimentismo/Foto14.jpg

ANEXO AR - JOSÉ PESSOA (TERNO PRETO), MR. DUNH E OUTROS DURANTE VISITA DO EMBAIXADOR AMERICANO AOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL. 1956.(CPDOC/FGV/ARQUIVO JOSÉ PESSOA/JP FOTO 047_1).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto01_jpfoto047_1.jpg

ANEXO AS - DESENHO DA FACHADA DO PALÁCIO DO CONGRESSO DA NOVA CAPITAL. 1955(CPDOG/FGV/ARQUIVO JOSÉ PESSOA/JP FOTO 046).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto03_jpfoto046.jpg

ANEXO AT - JUSCELINO KUBITSCHKEK E LÚCIO COSTA EXAMINAM PLANTA.(AGÊNCIA O GLOBO).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto08.jpg

**ANEXO AU - JUSCELINO KUBITSCHKE VISITA BRASÍLIA. 8 DEZ.
1956(ARQUIVO NACIONAL/FUNDO AGÊNCIA NACIONAL).**



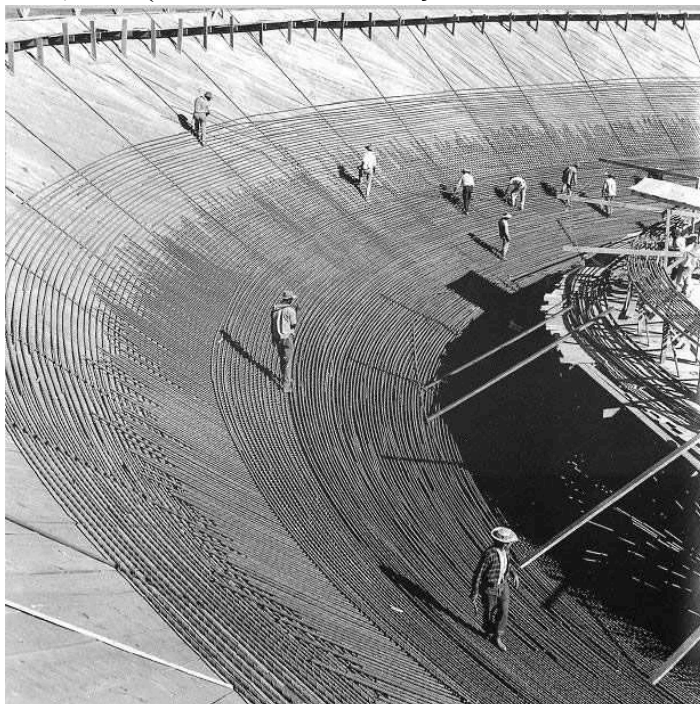
https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto09.jpg

**ANEXO AV - CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CONGRESSO NACIONAL.
BRASÍLIA, 1958(ACERVO FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto16.jpg

**ANEXO AW - CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CONGRESSO NACIONAL.
BRASÍLIA, 1958(ACERVO FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto15.jpg

**ANEXO AX - INAUGURAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE
BRASÍLIA PELA PAN AMERICAN - VÔO 201 NOVA YORK/BRASÍLIA.
1960(ARQUIVO NACIONAL/FUNDO CORREIO DA MANHÃ).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto13.jpg

ANEXO AY - VISTA AÉREA DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS.(ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto17.jpg

**ANEXO AZ - CARTÃO POSTAL DO PALÁCIO DA ALVORADA.
1960(CPDOC/FGV/ARQUIVO NELSON DE MELO/2ª REM.).**



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto18.jpg

ANEXO BA - JUSCELINO KUBITSCHKE COM FIDEL CASTRO NO AEROPORTO DE BRASÍLIA. ABR. 1959 (ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL/NOVACAP).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto21.jpg

ANEXO BB - CHEGADA À BRASÍLIA DA CARAVANA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL. 2 FEV. 1960 (ARQUIVO NACIONAL/FUNDO AGÊNCIA NACIONAL).



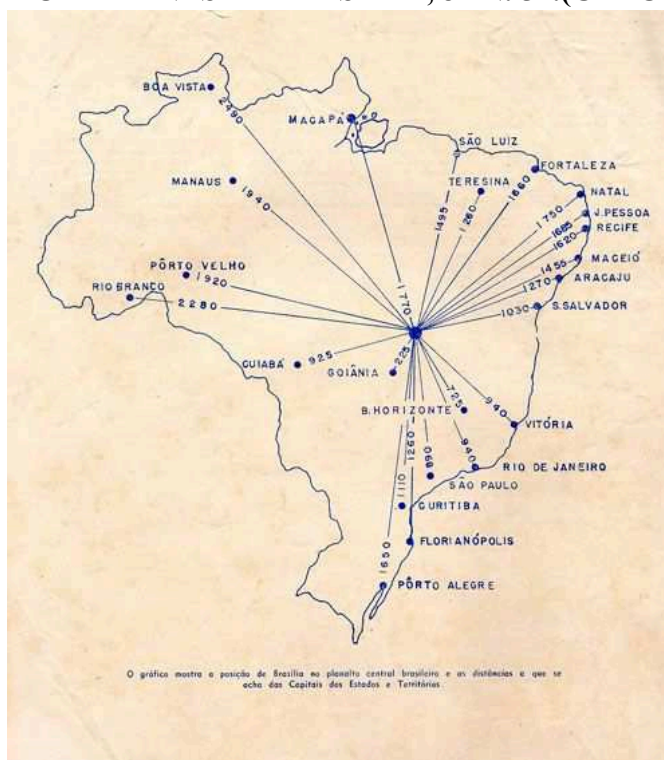
https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto23.jpg

ANEXO BC - JUSCELINO KUBITSCHKE E JOÃO GOULART NA INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA. 21 ABR. 1960.(ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL/NOVACAP).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto26.jpg

ANEXO BD - POSIÇÃO DE BRASÍLIA NO PLANALTO CENTRAL BRASILEIRO E AS DISTÂNCIAS A QUE SE ACHA DAS CAPITAIS E TERRITÓRIOS. REPRODUZIDO DA REVISTA BRASÍLIA, JAN. 57.(CPDOC/FGV/R 511).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/6_Brasilia_a_meta_sintese/Foto27.jpg

ANEXO BE - JUSCELINO KUBITSCHKEK RECEBE OS MELHORES DO RÁDIO DE 1955. ENTRE ELES, ANGELA MARIA, CÉSAR DE ALENCAR E LUÍS JATOBÁ. RIO DE JANEIRO, 5 JUL. 1956(ARQUIVO NACIONAL/AGÊNCIA NACIONAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto001.jpg

ANEXO BF - JUSCELINO KUBITSCHKEK RECEBE ARTISTAS E DIRETORES DA RÁDIO NACIONAL: MARLENE, IVON CÚRI, WILSON GREY. RIO DE JANEIRO, 5 SET. 1956(ARQUIVO NACIONAL/AGÊNCIA NACIONAL).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto002.jpg

ANEXO BG - GRANDE OTELO NO ESPETÁCULO MISTER SAMBA, PRODUZIDO POR CARLOS MACHADO. EM 1º PLANO ELIZABETH GAPER (1ª DA ESQ.) E AURORA MIRANDA (4ª). RIO DE JANEIRO, DEZ. 1957 (ARQUIVO NACIONAL /CORREIO DA MANHÃ).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto003.jpg

ANEXO BH - TONIA CARREIRO, ADOLFO CELI E PAULO AUTRAN COMEMORAM AS 200 APRESENTAÇÕES DE OTELO, DE SHAKESPEARE, PRODUÇÃO DA COMPANHIA TONIA-CELI-AUTRAN. PORTO ALEGRE, 4 JUN. 1957. (ARQUIVO NACIONAL/CORREIO DA MANHÃ).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto004.jpg

ANEXO BI - MANUEL BANDEIRA, CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, CACILDA BECKER E CLEYDE YÁCONIS DURANTE O COQUETEL DA INAUGURAÇÃO DO TEATRO CACILDA BECKER. RIO DE JANEIRO, 1º MAR. 1958(ARQUIVO NACIONAL/CORREIO DA MANHÃ).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto005.jpg

ANEXO BJ - GRANDE OTELO E ELENCO DO FILME RIO ZONA NORTE DE NÉLSON PEREIRA DOS SANTOS. RIO DE JANEIRO, 1957.(FUNARTE/CEDOC).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto007.jpg

ANEXO BK - JUSCELINO KUBITSCHKE VISITA A EXPOSIÇÃO DO ARTISTA FRANCÊS GEORGES MATHIEU REALIZADA NO MUSEU DE ARTE MODERNA. RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1959.(CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO MAM).



https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/8_Esporte_e_cultura/Foto019.jpg

ANEXO BL - O CRUZEIRO, N.1, 17 OUT. 1959.

NOVO EXPOENTE DE CLASSE E BELEZA NA MODERNA PAISAGEM BRASILEIRA

Extremamente ágil, graças à sua manobabilidade e à performance do seu potente motor "aquilon" de 8 cilindros em "V", o Simca Chambord é um carro versátil, seguro, rápido e confortável – ideal para as condições de tráfego das cidades e estradas pedregosas. Em baixas ou altas velocidades, a suspensão tipo "Stabilmatic", exclusiva dos carros Simca, assegura sempre um rodar suave, macio e silencioso. E a sua futura Super-Compacta, autêntico cofre-forte – é uma permanente garantia contra choques, ruídos e trepidações. Conheça o Chambord – o carro mais próximo do perfeito que V. pode comprar!

4 portas. Conforto absoluto para 6 pessoas. Campo visual ilimitado, através dos vidros e janelas panorâmicas. Painel moderno e funcional, com faróis (inclusive para neblina e marcha-a-ré), indicador de direção, regulador da temperatura, relógio elétrico, buzina para cidade e estrada e todos os demais instrumentos facilmente acessíveis. Luxuoso acabamento e lindas combinações de cores? Dirija o Chambord no Agente Autorizado Simca da sua cidade!

SIMCA CHAMBORD

https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/jk/fotos/9_Propaganda/propag22.jpg